

EMENDA Nº 28 - Plenário

PEC Nº 133/2019

Emenda para impedir aumento da
contribuição previdenciária acima de 14%

Dê-se, ao art. 18 da PEC 133/2019, a seguinte redação:

Art. 18. Ficam revogados:

I - §§ 1º a 4º do art. 11 da Emenda Constitucional nº ..., de 2019.

”
-

II - o inciso II e o parágrafo único do art. 36 da Emenda
Constitucional nº ..., de 2019.”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 11 da PEC 6/2019, sem qualquer comprovação técnica de sua adequação, eleva, de imediato, a alíquota de contribuição dos servidores federais de 11% para 14%.

Ademais disso, os §§ 1º a 4º do art. 11 dispõem sobre as alíquotas progressivas de contribuição para o custeio dos regimes próprios, fixando reduções e acréscimos à alíquota base de 14%, incidente sobre a totalidade da remuneração para os servidores ingressados à partir da instituição do regime complementar, ou que não tenham aderido ao FUNPRESP ou assemelhados..

A alíquota “base” sobe de 11% para 14%, incidente sobre a totalidade da remuneração. Contudo, a majoração “temporária” (pois poderá ser alterada por lei), porém, poderá chegar a 22%, e a redução na faixa de até um salário mínimo reduzirá a alíquota para 7,5%, em lugar de 11%. Materialmente ter-se-á alíquotas efetivas de 7,25% a 16,79%, posto que tais alíquotas serão aplicadas de forma progressiva, por faixa de rendimento.

Essas alíquotas efetivas, somadas ao Imposto de Renda, poderão chegar a 38% de tributação total sobre a remuneração ou proventos, claramente

Recebido em confiscatória à luz do art. 150, I da CF, como já tem decidido o STF.

Hora: 13:49

Cidelle 17.09.2019.

Cidelle Gomes Vitor Almeida
Matrícula: 264432 SLSF/SGM



SF/19959,95979-37

Página: 1/5 11/09/2019 18:58:27

fatb50a907b4463c3e8883d39772b4e010eac00c



Como bem apontou o Parecer da PRG na ADI 790,

“Mostra-se inconstitucional a progressividade (...) de vez que o montante da contribuição deve atender à relação custo-benefício, sendo que estes não são progressivos, mas proporcionais à remuneração do contribuinte. A progressividade implica o desvirtuamento da natureza da contribuição social, passando-se a ter verdadeiro adicional sobre a renda contrariando-se, assim, os artigos 149 e 153, III, Constituição Federal”.

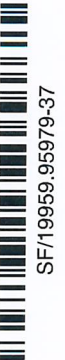
A mesma tese foi defendida pelo MPF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.809:

“o caráter solidário do regime previdenciário dos servidores públicos não afasta a feição contributiva-retributiva desse regime. O aumento de contribuição previdenciária sem qualquer repercussão em benefícios previdenciários e com fim meramente arrecadatório desvirtua a exação com destinação constitucional específica e desconsidera a natureza retributiva própria dos regimes de previdência.” (Parecer PRG ADI 5809)

No julgamento da ADI 2.010, o STF acatou a tese da vedação de efeito de confisco, na forma da Ementa a seguir:

“A proibição constitucional do confisco em matéria tributária nada mais representa senão a interdição, pela Carta Política, de qualquer pretensão governamental que possa conduzir, no campo da fiscalidade, à **injusta apropriação estatal, no todo ou em parte, do patrimônio ou dos rendimentos dos contribuintes**, comprometendo-lhes, pela **insuportabilidade da carga tributária**, o exercício do direito a uma existência digna, ou a prática de atividade profissional lícita ou, ainda, a regular satisfação de suas necessidades vitais (educação, saúde e habitação, por exemplo). **A identificação do efeito confiscatório deve ser feita em função da totalidade da carga tributária**, mediante verificação da capacidade de que dispõe o contribuinte - considerado o montante de sua riqueza (renda e capital) - para suportar e sofrer a incidência de todos os tributos que ele deverá pagar, dentro de determinado período, à mesma pessoa política que os houver instituído (a União Federal, no caso), condicionando-se, ainda, a aferição do grau de insuportabilidade econômico-financeira, à observância, pelo legislador, de padrões de razoabilidade destinados a neutralizar excessos de ordem fiscal eventualmente praticados pelo Poder Público.

Resulta configurado o caráter confiscatório de determinado tributo, sempre que o efeito cumulativo - resultante das múltiplas incidências tributárias estabelecidas pela mesma entidade estatal - afetar, substancialmente, de maneira irrazoável, o patrimônio e/ou os rendimentos do contribuinte.



SF/19959.95979-37

Página: 2/5 11/09/2019 18:58:27

fatb50a907b4463c3e8883d39772b4e010eac00c



O Poder Público, especialmente em sede de tributação (as contribuições de seguridade social revestem-se de caráter tributário), não pode agir imoderadamente, pois a atividade estatal acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade.” (STF, ADI 2010 – Plenário. Rel. Min. Celso de Mello, 30.09.1999)

Assim, o conjunto de tais alterações ofende diretamente o disposto no art. 150, IV, ao permitir a cobrança de contribuições ordinárias e extraordinárias dos servidores, com efeito de confisco salarial.

Importante observar que, no caso dos municípios e estados, muitos deles terão grande perda de arrecadação com a redução de alíquotas para as faixas menores de remuneração, que serão de 7,25, 9% e 10%, contra 11% atualmente praticados. Essa perda deverá ser compensada pela cobrança nas faixas superiores, mas os dados não são passíveis de confirmação em face da indisponibilidade de informações.

A imposição dessas novas alíquotas, além de desvirtuar a natureza solidária e proporcional da contribuição ao valor a ser percebido na inatividade, particularmente para os servidores que contribuem sobre a totalidade da remuneração, quando somada ao Imposto de Renda, tem nítido caráter confiscatório, podendo chegar a alíquotas efetivas de cerca de 40% da renda total, o que ofende cláusula pétrea da Constituição (e.g. ADI 2010 - SFT).

Assim, admitindo-se que a elevação de 11% para 14% possa ser aceitável, e não confiscatória, representando uma pequena redução na renda, em contrapartida à preservação dos direitos dos servidores públicos, a elevação nas faixas superiores de renda para até 22%, somada aos demais tributos incidentes sobre a renda, revela-se nitidamente confiscatória, distorcendo a natureza da própria contribuição social e seu caráter sinalagmático.

Assim, a presente Emenda terá como resultado evitar a previsão constitucional de alíquotas em patamares progressivos e confiscatórios.

Caso não seja acatada proposta no mesmo sentido de supressão dos dispositivos na PEC 6/2019, é dever desta Casa acatar a alteração ora proposta, no âmbito da PEC 133/2019 – a PEC Paralela.


Senador NELSINHO TRAD



SF/19959.95979-37

Página: 3/5 11/09/2019 18:58:27

fatb50a907b4463c3e8883d39772b4e010eac00c



Coelma	
my	
WASIER	L. Santos
Styromon Variation	Styromon
	Styromon
	Styromon
	Styromon
	Styromon
	Styromon
	Styromon
	Styromon
	Styromon
	Styromon
Alessandro	Styromon
	Styromon



SF/19959.95979-37



Coelacanth	
my	
wasier	L. Jantun
Styromenon Valentin	Reap
	out
	RE 4
	Harvest/st.
Chinamenjano	Chinamenjano



SF/19959.95979-37



13

COELHO	VENEZIANO
COELHO	JORGinho
COELHO	
MASIER	J. Santos
STYRONSON VASCON	
ALVARO DIAS	
COELHO	
COELHO	
MAILZA	
PAULO TOCHO	
WILBERTO COSTA	
Lucas Barreto	
ITALIA	
PAULO SILVA	
EDMUNDO	
Marcos Rogério	
Guimarães Mota	
Eluano Faria	
Juliano Silva	
RECHUPPE	
WELKARUNA	
George Kajuru	



SF/19959.95979-37

Página: 4/5 11/09/2019 18:58:27

fatb50a907b4463c3e8883d39772b4e010eac00c



FABIANO CORRÊA	
R. Lh	



SF/19959.95979-37

